



**Câmara Municipal de  
Maracanaú**

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 300/2024

**APROVADO**

**Institui a Política Municipal do  
Empoderamento das Meninas e  
das Adolescentes.**

**A Câmara Municipal de Maracanaú Decreta:**

**Art. 1º Fica instituída a Política Municipal do Empoderamento das Meninas e das Adolescentes.**

**Art. 2º** São objetivos desta lei, o empoderamento de meninas e adolescentes nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião, procedência nacional e ainda:

- I** - eliminar todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada, combatendo a violência sexual, o tráfico de pessoas e os feminicídios;
- II** - garantir a participação plena e efetiva a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na esfera pública, em suas dimensões política e econômica;
- III** - promover, proteger e garantir a saúde, sobretudo a dignidade menstrual;
- IV** - garantir igualdade de direitos, de acesso e de controle dos recursos econômicos, da terra e de outras formas de propriedade, de serviços financeiros, de herança e de recursos naturais de forma sustentável e de um meio ambiente ecologicamente equilibrado;
- V** - eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos e uniões precoces e forçadas;
- VI** - garantir a igualdade de gênero no acesso, habilidades de uso e produção das tecnologias de informação e comunicação;





**Câmara Municipal de  
Maracanaú**

**VII** - garantir a igualdade de gênero no acesso e produção do conhecimento científico em todas as áreas e promover a perspectiva de gênero na produção do conhecimento;

**VIII** - garantir a igualdade de gênero no acesso e produção da informação, conteúdos de comunicação e mídias.

**Art. 3º** Para fins desta lei, consideram-se adolescentes e meninas aquelas definidas pelo artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente ECA - Lei 8.069 de 1990, entre 12 e 18 anos de idade.

**Art. 4º** São diretrizes da Política Municipal do Empoderamento das Meninas e das Adolescentes:

**I** - a interseccionalidade entre fatores como raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e procedência nacional;

**II** - a interdisciplinaridade e a intersetorialidade das ações para abranger as diferentes formas de opressão;

**III** - a realização de ações socioeducativas e preventivas;

**IV** - a atenção e destaque para as campanhas de combate à violência de gênero;

**V** - esclarecimentos sobre o conceito de responsabilidade compartilhada dentro das famílias;

**VI** - a participação da comunidade;

**VII** - a ampla integração da sociedade com a comunidade escolar;

**VIII** - a promoção de espaços de reflexão e comunicação sobre as singularidades das desigualdades e discriminações que afetam as meninas e adolescentes, livres de preconceito e discriminação;

**IX** - a promoção da escola como espaço para a veiculação de informações cientificamente verificadas e de esclarecimento sobre informações incorretas;

**X** - o exercício da cidadania e o respeito aos direitos humanos;

**XI** - a articulação com as diretrizes dos objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), em especial o objetivo que trata sobre a igualdade de gênero.





**Câmara Municipal de  
Maracanaú**

**Parágrafo único.** A família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar às meninas e adolescentes os direitos à cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida.

**Art. 5º** As ações que compõem a Política Municipal de Empoderamento de Meninas e Adolescentes contarão com as seguintes iniciativas, sem prejuízo de outras que venham a ser desenvolvidas:

**I** - realização de palestras, discussões, rodas de conversa e eventos com especialistas que abordam o tema;

**II** - realização de campanhas informativas, seminários, workshops, mobilizações e exposições de painéis alusivos ao tema para conscientização, no âmbito das diversas secretarias, órgãos, instâncias e unidades da estrutura do município, principalmente no âmbito das escolas, para todos os alunos e, preferencialmente, sobre:

- a) direitos fundamentais garantidos a todas as pessoas, sem preconceito por gênero, raça ou outras formas de discriminação;
- b) direito fundamental à igualdade e suas dimensões;
- c) direitos das mulheres à educação, acesso de oportunidades, emprego e remuneração na mesma proporção dos homens;
- d) direito das mulheres no casamento;
- e) direito das mulheres à autonomia financeira;
- f) direitos e deveres previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- g) combate à violência sexual e ao assédio;
- h) sinais que identificam vítimas de violência sexual ou assédio;
- i) prevenção da gravidez na adolescência.

**III** - informação, por meio de folhetos, cartazes, e através de mídias digitais, de serviços para atendimento psicológico, psiquiátrico e de saúde sexual, canais e números de denúncia de violências;

**IV** - fomento a criação de mecanismos de crédito, assistência técnica, capacitação, dentre outras políticas, públicas ou privadas;

**V** - fomento da prática de esportes que priorizem a cooperação e não a competição;





**Câmara Municipal de  
Maracanaú**

**VI** - realização de brincadeiras lúdicas e com brinquedos que combatam o sexismo;

**VII** - fomento à leitura de livros com histórias inclusivas;

**VIII** - desenvolvimento de atividades que promovam a autoestima das estudantes e que busquem desenvolver a cooperação e a liderança;

**IX** - divulgação dos conceitos de diversidade, igualdade e equidade de gênero nas famílias e comunidade;

**X** - previsão de elaboração e divulgação de metas;

**XI** - facilitação de ações conjuntas entre o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, o Conselho Municipal da Juventude e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para que desenvolvam atividades de forma conjunta;

**XII** - fomento a participação política em instituições, tais como grêmios estudantis, conselhos municipais e organizações da sociedade civil.

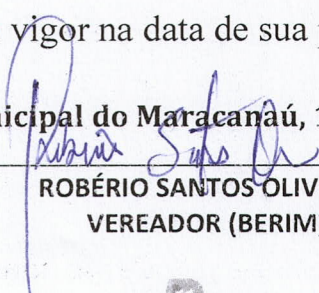
Parágrafo único. As ações que compõem a Política Municipal de Empoderamento de Meninas e Adolescentes serão desenvolvidas de acordo com a faixa etária alvo de cada ação.

**Art. 6º** Fica inclusa, no Calendário Oficial da Cidade, a Semana Municipal do Empoderamento das Meninas e das Adolescentes, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, durante a semana do dia 11 (Dia Internacional das Meninas).


**Art. 7º** Poderão participar do desenvolvimento e implantação das ações especificadas nesta lei, as organizações governamentais e não governamentais, sendo o poder público autorizado a firmar parcerias.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Câmara Municipal do Maracanaú, 11 de Abril de 2024**

  
**ROBÉRIO SANTOS OLIVEIRA**  
**VEREADOR (BERIM)**

**APROVADO**

  
**Progressistas**





Câmara Municipal de  
**Maracanaú**

## JUSTIFICATIVA

Estudos da OMS (Organização Mundial de Saúde) e da ONU (Organização das Nações Unidas) apontam que, se nada for feito, em 2030 teremos 3 milhões de adolescentes grávidas menores de 15 anos. É um ciclo que vitimiza meninas e adolescentes e, quanto mais vulnerável a situação em que elas se encontram, mais riscos se apresentam. Para além da violência, o cenário agrava a pobreza. Mãe aos 15, avó aos 30, bisavó aos 45 se até lá sobreviver.

O empoderamento de meninas faz parte dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, definidos em 2015. Esses objetivos devem orientar políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional e estão expressos em 169 metas, incluindo 10 essenciais para assegurar o pleno desenvolvimento de milhões de meninas ao redor do mundo.

O que significa a expressão "empoderamento"?

Muito em alta nos últimos tempos, o termo empoderamento é definido pelo dicionário Aurélio como:

**"Ação de se tornar poderoso, de passar a possuir poder, autoridade, domínio sobre; Passar a ter domínio sobre a sua própria vida; ser capaz de tomar decisões sobre o que lhe diz respeito, exemplo: empoderamento das mulheres."**

As pesquisas têm mostrado que quando meninas e adolescentes são empoderadas, ou seja, quando são capazes de tomar decisões sobre as suas vidas, ficam menos sujeitas ao sexo sem proteção, ao casamento precoce, ao tráfico humano e à violência.

Uma mulher vivendo hoje em um local que incentiva o seu empoderamento, certamente tem um futuro com mais oportunidades do que tiveram sua mãe e sua avó, sobretudo se o poder público agir para que isso aconteça.

Quase meio bilhão de mulheres e meninas com 15 anos de idade ou mais são analfabetas, mais meninas do que meninos estão fora da escola. A pobreza também tem rosto de mulher: entre os 25 e 34 anos, as mulheres têm 25% a mais de chance de viver em extrema pobreza do que os homens.





Câmara Municipal de  
**Maracanaú**

Quanto ao casamento infantil, anualmente cerca de 12 milhões de meninas se casam antes dos 18 anos no mundo. Os indícios de violações a direitos, de mulheres e meninas sendo tratadas como propriedade, mostram que há bastante chão a ser trilhado no caminho para uma sociedade em que as disparidades de gênero deixem de existir. Uma sociedade em que mulheres e meninas - metade da população do mundo - não sejam mais deixadas para trás.

De acordo com a organização Girls not Brides, mais de 2,2 milhões de menores de idade são casadas no Brasil ou vivem numa união estável - cerca de 36% da população feminina brasileira menor de 18 anos. O Brasil é o quinto país do mundo em números absolutos de casamento infantil.

Na nossa cidade a realidade não é diferente. Inclusive, um caso de casamento precoce na região metropolitana ficou famoso neste ano de 2023, logo, certamente é um problema local que demanda atenção.

O Protocolo de Atenção à Saúde do Adolescente, elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde de Maracanaú, discorre que a adolescência **"é uma etapa evolutiva da vida que se caracteriza pela passagem da infância para a idade adulta e envolve um conjunto amplo de transformações físicas, psicológicas e sociais"**

Neste ponto, importante tecer considerações sobre o poder legislativo como parte integrante das políticas públicas.

segundo Celina Sousa, em seu livro Políticas Públicas: uma revisão da literatura, podemos resumir a política pública como sendo o campo de conhecimento que busca "colocar o governo em ação" e/ou analisar esta ação. Em tese, o poder legislativo é quem detém a responsabilidade de produzir leis que traduzam as linhas gerais da atuação governamental.

Na prática, a complexidade da função legislativa nas democracias modernas e o fato do executivo concentrar um amplo conjunto de recursos de poder, que culminam na sua predominância de iniciativa e condução de políticas públicas, torna a reflexão necessária. No entanto, não podemos esquecer que o poder legislativo é composto por membros eleitos pelo povo, para exercer a função de legislar, dentre outras, assumindo um





Câmara Municipal de  
**Maracanaú**

mandato representativo, em que, todo o poder emana do povo, tal qual definido pelo princípio da soberania popular.

Logo, na contemporaneidade, o legislativo precisa estar em condições de realizar, mediante a lei, intervenções que impliquem diretamente uma alteração na situação da comunidade representada, ou seja, a lei não deve estar numa esfera unicamente normativa mas sim impactar a realidade social, produzir transformações e ser instrumento intitucional de controle social.

Além disso, é preciso destacar a importância da diferenciação entre políticas de Governo e políticas públicas de Estado. Na primeira, podemos enxergar uma alta vinculação com os chefes do poder executivo, trata-se de uma política que visa atender promessas de campanha e em regra enseja ganhos políticos. Já a segunda pode ser definida como **estruturante e longínqua** e costuma atravessar governos devido à sua complexidade e robustez.

Neste contexto, o projeto pretende a construção responsável de uma política de Estado, que vai percorrer legislaturas e se consolidar como um compromisso da sociedade, uma forma de proteção contínua e reflexão permanente sobre o empoderamento de meninas e adolescentes.

Segundo o Guia Prático para Educadores e Educadoras, sobre Ensino e educação com Igualdade de Gênero, a escola é a formadora, juntamente com a família, do arcabouço de valores culturais das pessoas que vão construir o futuro do país, entretanto, a implantação de mudanças para promover a diversidade, a igualdade e a equidade é um processo, e cada passo precisa ser dado, justamente o que se pretende com a proposição em tela.

Além das ações na sociedade e no ambiente escolar propostas, o projeto prevê a instituição de uma semana para tratar da temática de forma mais específica. A data escolhida (semana do dia 11 de outubro) é em comemoração ao Dia Internacional das Meninas, promovido pela ONU, como marco dos progressos realizados na promoção dos direitos das meninas e mulheres adolescentes, reconhecendo, também, a necessidade de





Câmara Municipal de  
**Maracanaú**

se ampliar as estratégias para eliminar as desigualdades de gênero em todo o mundo.

Todos os anos, no dia 11 de outubro, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) lança uma nova campanha "para dar às meninas a oportunidade de fazerem ouvir a sua voz e de lutar pelos seus direitos".

Este dia é diferente do Dia Internacional da Mulher, comemorado todos os anos em 8 de março.

O dia internacional da menina, em inglês, International (Rights) of the Girl Day, foi uma iniciativa da Plan International, uma organização não governamental que atua em todo o mundo realizando projetos para a proteção dos direitos das meninas por mais de 80 anos em 52 países na Ásia, África e América Latina.

Em 1995, a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher foi realizada em Pequim sendo considerada a mais importante em termos de promoção do avanço dos direitos das mulheres e meninas.

De 1995 a 2011 muito se debateu sobre o direito das mulheres, meninas e adolescentes, mas somente em dezembro de 2011, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou uma resolução estabelecendo o dia 11 de outubro de 2012 como o primeiro Dia Internacional (dos Direitos) da Menina.

**Precisamos admitir que falar sobre igualdade de gênero somente no mês de março não é suficiente e a intenção é que o debate seja permanente e tenha maior ênfase também na semana do dia 11 no mês de outubro, ampliando o período de reflexão.**

Segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em seu relatório: "Violência e discriminação contra as mulheres, meninas e adolescentes", assegurar o direito delas é reformular uma estrutura que cotidianamente as coloca como vítima. É impedir ciclos de violência, protegê-las e enfatizar a autonomia para que escrevam suas próprias histórias.

Importante frisar que a Comissão identificou as mulheres, meninas e adolescentes como pessoas em situação particular de discriminação na América e, em face disso, passou a priorizá-las nas suas linhas de trabalho





**Câmara Municipal de  
Maracanaú**

para promover e garantir seus direitos fundamentais, exatamente o que se pretende com esse projeto.

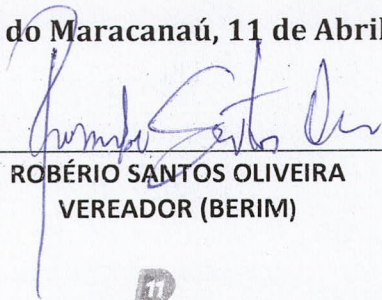
Portanto o projeto de Indicação em tela quer ampliar a conscientização da sociedade para problemas enfrentados por meninas e adolescentes, visando estimular o desenvolvimento de programas e políticas públicas que asseguram o pleno exercício de seus direitos, bem como impulsionar ações para evidenciar o potencial que todas têm de um dia se tornarem mulheres empoderadas e com cada vez mais voz na sociedade.

O propósito é estimular a realização de eventos que busquem fomentar, bem como reconhecer a necessidade de se ampliar as estratégias para eliminar as desigualdades sociais no município de Maracanaú.

4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente. (...)

Por fim, o artigo 3º da carta discorre que são objetivos da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária, reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem estar de todos sem distinções.

**Câmara Municipal do Maracanaú, 11 de Abril de 2024.**

  
**ROBÉRIO SANTOS OLIVEIRA**  
**VEREADOR (BERIM)**



**APROVADO**

**PESQUISA: Chefe de Gab. Wesley Herculano / Assessor Parlamentar - Antônio Fernando**